



Sindsep/MA realiza Encontro Mensal dos Aposentados e Pensionistas com aula de Zumba

Na última sexta-feira, 28, o Sindsep/MA através da Secretaria de Aposentados e Pensionistas, realizou mais uma grande atividade para a categoria.

O Encontro Mensal de Aposentados e Pensionistas aconteceu na sede da Aserma, com uma grande aula de Zumba que colocou todos os participantes para dançar e exercitar o corpo.

O evento acontece sempre na última sexta-feira de cada mês, e já faz parte do calendário de atividades do sindicato.

Durante o tempo de realização do Encontro Mensal de Aposentados e Pensionistas, muitas atividades foram propostas e desenvolvidas, sempre focadas em temas voltados para a terceira idade.

A aprovação da categoria é a melhor possível, pois os eventos sempre são bastante concorridos com a presença maciça dos associados.

A Secretaria de Aposentados e Pensionistas mais uma vez avaliou de forma positiva o encontro, e já está preparando uma nova atividade para o mês de outubro.



Sindsep/MA convoca servidores da ex-Roquette Pinto

O Sindsep/MA através da Secretaria de Assuntos Jurídicos e Institucionais, convoca os seguintes servidores da ex-Roquette Pinto para comparecerem à sede do sindicato, no intuito de tratarem assuntos sobre processos ajuizados.

Maria dos Anjos Ferreira Borges
Maria dos Remédio Sousa Lima
Maria Dulce Pereira Borges
Maria Eliane Magalhães
Maria Elisabete Sousa S. Correia
Maria Ferreira Lindoso Alves
Maria Francisca Almeida Barros
Maria Francisca da Silva Barroso
Maria Francisca Lauande Fonseca
Maria Gerinalda R. Rodrigues
Maria Helena Cardoso
Maria Helena Cruz Viegas
Maria Helena Jesus Ribeiro
Maria Helena Moreira Carvalho

Entidades vão ao MPT contestar decreto que amplia terceirização no setor público

Em um esforço conjunto, dirigentes e advogados que formam um coletivo jurídico do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Federais (Fonasefe) discutiram hoje os inúmeros dispositivos publicados pelo governo Temer em um curto período de tempo que alteram de forma arbitrária a estrutura do Estado e situação funcional de servidores. A preocupação é unânime com o potencial danoso das mudanças administrativas profundas que estão sendo adotadas por meio de instrumentos questionáveis. As entidades devem ir ao Ministério Público do Trabalho (MPT) buscar entendimento sobre esses movimentos coordenados que apontam para inúmeras ilegalidades.

Mereceu especial atenção o Decreto 9507/18 publicado essa semana regulamentando a contratação de terceirizados no setor público. As assessorias jurídicas apontam para a fragilidade do decreto que traz conceitos imprecisos e a necessidade de regulamentações posteriores. Muitos classificaram de um ato impensado do governo Temer já que nem a discussão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema aprofunda o debate da terceirização no setor público. Sequer é possível constatar se ampliar a terceirização trará redução de custeio e melhoria na qualidade do serviço prestado à população. Efeitos que são questionados por experiências de terceirização já vividas no próprio setor público.



Além disso, o Fonasefe deve ampliar a discussão para outras entidades, incluindo representantes de empresas públicas como Caixa, Banco do Brasil, Correios, e outros, que podem ser as mais afetadas pelo decreto. O coletivo jurídico definiu que novas reuniões para tratar todos os dispositivos publicados até aqui serão feitas. A ideia é subdividir as discussões em temas para garantir uma análise de estratégias comuns sobre mudanças complexas.

O fato de tais alterações serem promovidas por um governo considerado ilegítimo e que está em sua reta final também foi destacado. Movimentos coordenados que flexibilizam tanto a estrutura de Estado trazem insegurança, principalmente em período eleitoral onde está em curso a decisão da população a respeito de que projeto escolherá para o Brasil. Des-

sa forma as entidades devem também promover uma série de ações que busquem organizar os servidores em torno da defesa do setor público.

Concursos públicos ameaçados

A possibilidade de quebrar uma das formas de contratação que garante isonomia de condições e é um dos princípios caros à sociedade pode ser uma fonte inesgotável de problemas. O coletivo jurídico do Fonasefe alerta para a possibilidade de que os efeitos dessa mudança não parem na esfera federal.

A Condsef/Fenadsef que participou da reunião com sua assessoria jurídica alerta suas filiadas a continuar acompanhando e mobilizando os servidores federais em todo o Brasil. A defesa dos direitos da categoria e dos serviços públicos é nossa principal bandeira e não vamos esmorecer.